

A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global

Parry Scott¹

Resumo

Este estudo aborda a inserção da nação brasileira no cenário global. Ao longo deste trabalho ressaltam-se algumas relações entre as perspectivas enfatizadas para falar da família e as diferentes épocas nas quais ocorrem desde o final do século XIX até o presente. Tece considerações sobre a relação da identidade da população e a construção da nação em contextos mundiais. Procede para identificar cinco períodos sucessivos no pensamento brasileiro sobre a família. É feita uma associação entre períodos do auge dos impérios europeus, de processos de centralização política e conflito, de euforia do desenvolvimentismo pós-guerra, do acirramento da divisão do mundo em blocos capitalistas e comunistas, e da intensificação da globalização unificada contemporânea. Referindo-se às obras nacionais neste contexto internacional, examinam-se algumas dos detalhes mais importantes que repercutem em perspectivas diferentes sobre as famílias brasileiras ao longo destes anos.

Palavras-chave: família, família brasileira, globalização, teoria social.

¹ Professor do PPGA/UFPE. E-mail: scott@hotlink.com.br

Abstract

This study examines the Brazilian nation in a global context, highlighting some of the relations between the changing emphases in this context on different ways of speaking about the family, from the end of the nineteenth century to the present. It discusses the relation between the identity conferred on the population and the process of nation building in world contexts. It deals with five different successive emphases in Brazilian social thought about the family. These periods are associated to the apex of European empires, to processes of political centralization and conflict, to post-war development-oriented euphoria, to the intensification of a dual division of the world into capitalist and communist blocs, and to the contemporary context of unifying globalization. Reference is made to the national literature on family, examining some of the more important details related to the repercussion of these international contexts on ideas about the Brazilian family over these years.

Key words: family, Brazilian family, globalization, social theory.

A xenofilia, e não a xenofobia, caracteriza uma relação de afirmação identitária nacional brasileira que é refletida em sucessivos redirecionamentos de ênfase sobre o que os pensadores sobre o Brasil acreditam ser “a família brasileira” desde antes da formação da república até o presente. Acompanhar todas as implicações desta declaração é tarefa para anos de estudo e tomos de material escrito², tarefa que será reduzida aqui

² Em outros locais elaborei de uma forma mais detalhada e com uma inclusão mais explícita da questão de gênero a esse respeito e este trabalho consolida alguns dos conteúdos em redações anteriores (22^a Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília; *Encontros Lusófonos*, 2(2):3-6, Centro de Estudos Luso-Brasileiros, University of Sophia, Tóquio, Japão; Scott 2003b e Scott 2004). Em nenhum destes trabalhos, no entanto, tenha havido um enfoque tão direto sobre as articulações políticas globais neste processo.

a uma pincelada de algumas grandes linhas que possam orientar a percepção destas coordenadas mundiais na reflexão sobre a família brasileira. Enfrentando o risco de ser excessivamente simplificador na compreensão de transformações históricas na inserção da nação brasileira no cenário global, ao longo deste trabalho ressaltam-se algumas relações entre as perspectivas enfatizadas para falar da família e as diferentes épocas nas quais ocorrem.

Para abordar essa questão é preciso perguntar como é que se relacionam idéias sobre a família com a construção da nação? Primeiro, a criação de identidades nacionais depende de como cada país identifica a sua própria população. Independente dos processos políticos que definem as suas fronteiras políticas, qualquer população nacional se constrói, biológica e socialmente, como resultado da procriação de homens e mulheres em uniões em arranjos domésticos com variadas valorizações sociais que costumamos designar de 'famílias'. Mas em qualquer momento do cenário histórico apresentam-se configurações de relações entre nações que provocam certa sintonia entre quais são as características realçadas como 'características familiares' para os países envolvidos em redes de interação de variadas intensidades. Em conseqüência, a constelação familiar é simultaneamente generalizada para o conjunto de nações, e singular para a população de cada nação individualmente. Estar embutida numa rede global favorece o estabelecimento de coordenadas que delimitam elementos a escolher na identificação simbólica e na composição da família. Na procura assídua de se valorizar no cenário das relações internacionais, a população e os construtores da nação lidam com crenças e imagens construídas sobre qual é sua própria composição. Neste cenário ao reproduzirem e formarem unidades de convivência doméstica, homens e mulheres produzem uma população cujas características sociais se tornam elementos sociais e culturais que entram na formação do simbolismo denso de identidades nacionais.

A construção da nação através da família pode ser compreendida como manifesta em esferas *simbólicas* e *normativas*, dentro das quais é possível enxergar as nações como unidades corporativas num nível alto de articulação de poder que se apresentam como estruturadas normativa e simbolicamente. No caso de pensar a família, qualquer nação elabora os seus padrões de interação com outras nações de acordo com as suas próprias crenças sobre a importância de exogamia e endogamia, domesticidade, privacidade e a esfera pública por vias de classe, de etnia e da própria nacionalidade. O que é enxergado e valorizado nestas famílias se modifica com o tempo de acordo com a constituição geral da rede internacional e o local específico que a nação ocupa nela. Adaptando algumas das indicações da teórica de gênero, Joan Scott (1995), para pensar questões de família e de poder, procuram-se múltiplas evidências para realizar interpretações que sempre inserem os aspectos 1) simbólicos e 2) normativos, em referenciais que são 3) transitivas e 4) contextualizadas.

As ênfases no estudo da população brasileira e da sua formação familiar se transformam ao longo do século XX. A cultura brasileira, observada em autores nacionais e estrangeiros em diferentes contextos históricos de relações de poder internacionais, reservou, no início do século XX, um lugar especial para a diferenciação racial e a miscigenação como fatores impeditivos da participação plena nesta comunidade mais ampla. Explicitou-se muito pouco sobre a 'família'. Enquanto os processos políticos dispersivos da velha república vinham se desmanchando no ar sob os ventos da proliferação internacional de estados centralizadores, entre os quais se incluía o Brasil, os pensadores da brasileiridade descobriram a força da imagem familiar. Recorreram à figura das origens patriarcais para expor as suas caracterizações e preferências para a compreensão da população como parte da nação. Posteriormente os sopros de uma democracia imposta pela nova configuração pós-guerra incrementaram as críticas ao modelo patriarcal. Forneceram as condições para uma

busca de uma família em vias de modernização, espelhando a tendência geral de urbanização e nuclearização, identificável em comunidades espalhadas pelo globo, sempre replicáveis em famílias nucleares com divisões de papéis familiares enxergadas como bastante fixas e complementares. Dentro de em torno de duas décadas, enfrentando uma modernização que cada vez mais não repetia as condições de prosperidade sugeridas nos modelos centrais da comunidade de nações, os observadores mais críticos intensificaram o seu questionamento destes modelos. Ao fazerem isso, eles se inseriam na construção bipolar do mundo entre um bloco democrático e um bloco socialista como parâmetro para repensar a inserção da realidade das famílias brasileiras. Ainda se beneficiavam dos dados mais aperfeiçoados que as instituições de pesquisa, governamentais e independentes conseguiam coletar nas suas estruturas tecnicamente melhoradas pelo investimento num estado modernizador. O empobrecimento da população e a sua inserção no mundo do trabalho tornaram o olhar sobre as famílias mais atento a modos de produção, a estratégias de sobrevivência, à informalidade nas relações de trabalho, bem como a composições que evidenciaram matrifocalidade, poder e vitimização femininos e padrões de natalidade. Falar das famílias virou uma maneira de lidar com a sua inserção nas múltiplas facetas da pobreza, de produção e de reprodução, e, paralelamente, demonstrar afinidades políticas e econômicas num ambiente de oposição à forte repressão imposta por uma ditadura tutelada. O destaque à exploração e ao movimento das mulheres informava simultaneamente a profundidade das desigualdades e o potencial transformador de um olhar que diferenciava componentes internos à família. A super-internacionalização discursiva de padrões e interpretações que já estavam internacionalizadas acompanhou um processo de democratização e mobilização que acompanhou o desmoronamento do bloco socialista. O reconhecimento mais formal da organização global sob a égide de forças internacionais se representava num dis-

curso democratizante e unificador. Agora debaixo de um único teto, as percepções da família viraram muito mais múltiplas. A negação de um modelo único conduz a um favorecimento de modelos múltiplos e alternativos que encontram respaldo em conferências e acordos internacionais que promovem direitos de muitas ordens diferentes. Cai em desuso relativo à referência preferencial à inserção no trabalho, e a aceitação à diversidade vira o espelho de uma ordem mundial unificada. Todo este processo merece um olhar mais pormenorizado. Enquanto muitas das referências aos estudos concretos de famílias podem ser encontradas em Scott (2004), aqui a ênfase recai sobre os efeitos das transformações de relações entre países inseridas nesta ordem na contribuição a todo este processo.

Raça e miscigenação:

O arrependimento exógamo na formação da nação

No Brasil colonial, os colonizadores, homens portugueses, tomavam as mulheres indígenas e as mulheres negras, escravas e livres, como esposas e concubinas, e não somente como parceiras sexuais eventuais. Chegaram solteiros no novo mundo, ou, pelo menos, desacompanhados por mulheres portuguesas. Os colonizadores não tinham mulheres para trocar, e as trocas materiais e de serviços invariavelmente eram desfavoráveis aos homens indígenas. Como apontam Darcy Ribeiro (1995) e João Azevedo Fernandes (2003) houve uma apropriação, e não uma troca, de mulheres, mas esta troca afetou a vida cotidiana profundamente.

O Brasil pós-colonial e pós-imperial é uma nação jovem de homens orientados para a Europa, preocupados com como a incorporação das suas mulheres não-européias resultou na formação de uma população de

raça mista vista como uma limitação severa na tentativa de alcançar igualdade na comunidade de nações. Enxerga-se uma inferioridade racial no Brasil, inserido num mundo que constrói o olhar sobre as suas populações em termos de raça e de teorias evolucionistas. Os homens tomadores de esposas criaram uma situação na qual, como diz Motta Lima (1998) o “outro” está na própria casa, criando uma barreira racial para a nação jovem entrar no mundo centrado na Europa.

O problema do esfacelamento pelas diferenças raciais (Boxer 1962; Degler 1976; Freyre 1969, 1979; Skidmore 1976; Zarur 1996) se sobrepõe com tanta força que pouco se lança mão às idéias de família como força congregadora e unificadora. As descrições da cultura brasileira enfatizam a composição étnica problemática e a diversificação geográfica e climática, enxergadas como estreitamente relacionadas à criação dos ‘tipos brasileiros’ inferiorizados (tão presentes em Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e outros autores da época). Convencidos da falta de potencial da nação através da aplicação tardia das idéias racistas de Gobineau e de outros evolucionistas (ver Schwarz 1993), o desespero reinou na procura de elementos que poderiam reforçar a identificação com a Europa. Por pura contrariedade, percebe-se a força de traços indígenas, negras, de margens do rio e de matas como mostras que este país estava em pleno desfavor na comunidade internacional de nações. A hegemonia do discurso do colonizador se torna uma arma que impede o uso de qualquer discurso ‘familiar’ e ‘integrador’. Reinou o arrependimento exógeno e o lamento pelo afastamento da ancestralidade mítico-histórica européia.

As forças imaginadas da integração se localizam fora das fronteiras do país, em populações brancas, conhecidamente trabalhadoras. Ainda admite-se a presença de outro grupo oriental (japoneses) cuja fama de trabalhadora consegue superar parcialmente o enquadramento negativo nas hierarquias raciais. Os defeitos raciais percebidos e a decorrência

moral deles (indolência, preguiça) podem ser minimizados e, inclusive, substituídos com um moral trabalhador através de políticas de imigração que visam realinhar a nação racialmente com as suas origens européias (Seyferth 1990). A noção de maior equilíbrio entre homens e mulheres e o avanço das populações meridionais dá aos dirigentes e pensadores do país a oportunidade de insistir que, simbolicamente, o Brasil se re-europeianiza, e o passado histórico exógamo dos fundadores europeus está a caminho de correção!

Família patriarcal: uma (des?)integração centralizadora³

Durante o Estado Novo há uma consolidação das funções centralizadoras de instituições nacionais brasileiras, contrariando a tendência de uma distribuição regional forte que regia entre as províncias anteriormente. No processo de estabelecimento de um estado forte e centralizado a percepção da população brasileira como cheia de defeitos precisou ser invertida para reforçar a idéia da nação capaz de integrar todos como cidadãos obedientes e com direitos. Os pensadores, neste contexto, re-trabalham as idéias sobre o Brasil e criam novas imagens sobre a sexualidade, sobre a formação da família e da domesticidade. Deste trabalho emerge a figura do patriarca como símbolo da integração nacional. A 'família' vira um porta-estandarte simbólico, e a frase constitucional que "a família é a base de tudo" assume um significado de integração e controle no âmbito de diminuição das preocupações sobre a suposta natureza prejudicial da composição racial da população.

Nos anos 30 e 40, quando, internacionalmente, estados fortes fascistas e corporativistas lutam para a hegemonia numa Europa dividida. Ao

³ Este item se embasa fortemente em Scott (2004).

mesmo tempo, a economia americana se fortalece, apesar dos contratempos da Grande Depressão. Os estados europeus, com destaque para Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, promoveram modelos de centralidade política e, a exemplo de Alemanha, operavam com modelos ainda abertamente racistas associados, na época, à idéia de ‘eugenia’. Na periferia internacional, no Brasil, a questão racial também entrou em questão, mas de outra forma.

No bojo do movimento modernista que expus a rica diversidade do caráter brasileira com o trabalho de Mario de Andrade (1988) aparecem novas interpretações do Brasil que ressaltam a família patriarcal. Os dois exemplos de maior destaque entre os “pensadores patriarcais” são Oliveira Vianna (1920) e Gilberto Freyre (1969, 1979). De um lado, Oliveira Vianna vislumbra a possibilidade de integrar o Brasil sob o comando das populações “meridionais”, mais arianas, ao mesmo tempo em que identifica a família patriarcal como um elemento importante para o desenvolvimento da nação, com epicentro nos estados do Centro-Sul.

De outro lado, a síntese apresentada pelo escritor nordestino Gilberto Freyre é muito conscientemente anti-racista na sua elaboração, calando-se na antropologia boasiana americana que enfatiza o cultural como uma base mais firme que o racial para a compreensão de formações sociais. A natureza difusionista da antropologia americana se articula muito bem com a função da construção da nação, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil. Ambas as nações são formadas por grandes contingentes de populações de imigrantes cujas contribuições para a formação de novas nações podem ser identificadas e valorizadas positivamente. Ao enfatizar as “contribuições culturais”, Freyre encontrou uma maneira muito eficiente de inverter o dilema de negatividade que permeava as idéias de teóricos raciais evolucionistas. Freyre resalta a sexualidade e a domesticidade como instrumentos fundamentais para forjar uma identidade nacional positiva. Sob a bandeira de patriarcalismo,

aquela mesma atividade sexual dos homens colonizadores portugueses que produziu o “arrependimento exógamo” por causa das suas consequências sobre a composição racial da população brasileira em décadas anteriores, se torna um fator positivo na integração de uma diversidade de origens culturais (ver Scott 2003). O patriarca centralizador assume o papel simbólico de fundador de um grupo doméstico extenso e poderoso cujas semelhanças estruturais com o novo Estado centralizador no Brasil valorizam a capacidade dos homens de mandar e de integrar os outros sob a sua liderança – um Brasil com uma população mista (morena, mulata, mestiça, miscigenada, etc.), e uma autoridade central forte que sabe valorizar as contribuições desta mistura, é uma imagem mais otimista do país que uma imagem de ter que suportar um sobrepeso racial como argumentavam os pensadores sociais anteriores. A capacidade de se orgulhar de uma diversidade étnica e racial permite uma reavaliação da composição dos cidadãos do país. As contribuições de populações indígenas e negras são contribuições provenientes da interação entre estas mulheres e os homens portugueses. Em *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, a ênfase sobre as práticas sexuais e a vida doméstica, sobre gostos culinários, sobre organização arquitetônica, sobre linguagem e sobre estética, esboça uma esfera doméstica que cabe muito bem sob o domínio do patriarca. São contribuições que as mulheres fizeram a um mundo masculino. As práticas exógamas não conjuram mais uma imagem de um dilema racial ameaçador porque agora estão sob o controle firme de um domínio doméstico rico, variado e extenso, de uma classe de elite cuja base patriarcal a denota como verdadeiramente nacional. Este domínio masculino é ainda mais acentuado quando Freyre descreve a fragilidade extraordinária das mulheres coloniais portuguesas – as esposas oficiais. Desta forma, a diferenciação marcada de gênero se torna evidência de um controle centralizado da organização social.

Freyre não acredita num patriarcado eterno. De fato, uma das suas

maiores preocupações é com a documentação do declínio da ordem patriarcal. Ele está criando um mito de fundação histórica e não uma descrição de realidade atual. Esta preocupação com o declínio do patriarcado reporta a outra tentativa de interpretação: como inserir o Brasil da época no molde de desenvolvimento capitalista que vem se tornando mais e mais evidente. Se a escrita de Freyre deixa o seu leitor com a impressão que alguma coisa muito valiosa está em vias de se perder com a fim do patriarcado, a procura de Sérgio Buarque de Holanda para as *Raízes do Brasil* (1988) é muito mais explícita no seu questionamento sobre como o Brasil vai se enquadrar nos esquemas reinantes de desenvolvimento capitalista. Ecoando Freyre, identifica raízes brasileiras na extraordinária influência da família e da vida doméstica na personalidade da população – e especialmente na da elite de origens agrárias. A sua descrição da cordialidade como um elemento fundamental do caráter brasileiro é uma das interpretações mais conhecidas da brasileiridade, mas é importante lembrar que a perspectiva de Holanda é muito crítica à cordialidade. Ele acredita que é uma característica que dificulta a passagem de um estado patrimonial para um estado mais impessoal e organizado em princípios burocráticos racionais. A noção weberiana urge a necessidade de cortar os laços com a comunidade doméstica para poder formar um estado cuja ética conforma com o desenvolvimento de um capitalismo avançado (com referência à metade do século XX). Isto vira a mesa contra o valor simbólico do patriarcado, da domesticidade e da cordialidade. Desta perspectiva, a integração aparentemente harmoniosa da diversidade racial num jugo doméstico cultural é uma nova limitação à inserção brasileira numa ordem mundial comandado pelo modelo euro-americano.

Esta extraordinária ambigüidade sobre a família patriarcal, ora o símbolo da integração, ora o símbolo do atraso, é fruto da intensificação da inserção do Brasil como nação independente em redes políticas e eco-

nômicas mundiais. Nos processos em torno da centralização, a forma da imagem de controle exercido por uma elite capaz de valorizar a diversidade da cultura da população invoca um legado histórico tingido de positividade e capaz de apresentar uma frente unificada na comunidade de nações. Como acontece em outros locais na América Latina, o Estado lida com as pressões para reformas trabalhistas nesta época propondo modelos fascistas e integralistas, espelhando em muito o modelo do patriarca que convive com muitas contradições e conflitos nas esferas onde opera, mas que sabe manter sob o seu domínio. Os patriarcas temem perder o seu domínio e procuram soerguer o modelo da sua família à condição de novo mito fundador da nação. Curiosamente, é este mesmo mito que é alvo da desvalorização pelos que enxergam um ideal de nação criada sob princípios mais igualitários. Por estes pensadores, o privilégio e o favorecimento são barreiras à inserção favorável do país numa rede internacional. Trabalham num esforço de embutir outros significados que possam desmistificar estes marcadores de status, e sugerem um caminho em direção a uma família mais democrática, e, supostamente, mais moderna. Os processos históricos favorecem o olhar deste segundo grupo, ao mesmo tempo em que provocam um desenraizamento na busca de mudanças universais manifestas numa multiplicidade de contextos.

A família nuclear em urbanização: Procurando uma modernidade imitativa

Na euforia do pós-guerra, com a Europa devastada e os Estados Unidos no auge da internacionalização do seu poder, há uma exportação massiva de estratégias de planejamento administrativo e de financia-

mento comandadas pela América do Norte. A meta é que os países possam se adequar ao modelo de desenvolvimento capitalista propalado nos anos 40 e 50, reforçando espíritos empreendedores e a procura do consumo pleno como grandes esquemas para melhorar a condição humana no que James Scott (1998) designa do “alto modernismo”. O Departamento de Estado dos Estados Unidos oferece ajuda na montagem de burocracias e de agências de desenvolvimento setoriais que possam contribuir para o estabelecimento de administradores eficientes que terão capacidade de implantar os modelos importados. O progresso parece inevitável para aqueles capazes de organizar esquemas de desenvolvimento que possam controlar a industrialização e a organização de populações em processos acentuados de urbanização, todos os caminhos para chegar à comunidade seleta de países desenvolvidos.

Neste ambiente eufórico e otimista, não há, formalmente, muito espaço para uma ideologia patriarcal, nem para a manutenção dos privilégios das classes oligárquicas, nem para a ‘corrupção’ dos homens cor-diais que detêm uma capacidade marcada de beneficiar aquelas pessoas mais proximamente aparentadas a ele. Os estudos de famílias no mundo desenvolvido repetidamente frisam a influência da urbanização sobre a organização das famílias – identificando uma tendência para a diminuição do tamanho da família, a nuclearização dos grupos domésticos e o fim anunciado das famílias grandes tradicionais. Desta perspectiva, a família nuclear é um ponto de chegada, e a mudança faz parte de uma tendência inevitável que acompanha a urbanização, o que ocorre no mundo desenvolvido e que ocorrerá também nos países em desenvolvimento, entre eles, o Brasil. Ao prosseguirem no caminho do desenvolvimento, as famílias não serão mais extensas e patriarcais, tornando-se unidades pequenas e mais democráticas melhor adaptadas às condições urbanas!

É neste período, de uma *pax americana* e de transferências de tecno-

logias administrativas, que a tutela de estudiosos estrangeiros intensifica no Brasil, cada um a procura do seu microcosmo de tendências mundiais. Os estudos de comunidade proliferam numa repetitividade extraordinária (ver Souto Maior 1999 e Scott 2004), seguindo normas estandardizadas de apresentação etnográfica e sociológica que produzem uma aura de semelhança entre todos os locais estudados. As comunidades observadas estão todas em processo de transformação, e parecem com as comunidades encontradas em outras nações espalhadas pelo mundo e estudadas pelos exportadores da academia bastante afinados com a expansão mundial e as teorias de modernização em voga.

Esta regimentação e estandardização da família em estudos da comunidade mostra o seu endereço com maior nitidez quando os autores, como Souza (1977), Willems (1953, 1954), Pierson (1954), Ribeiro (1945), Wagley (1964), Azevedo (1961) e o próprio Freyre (1964), publicam as suas interpretações da família brasileira em inglês. Estes estudos, mesmo incorporando muitos dos elementos mais singulares à história e às misturas étnicas e sociais brasileiras levantadas na construção das imagens da família patriarcal e das famílias de imigrantes mostram o quanto os autores estão voltados justamente para esta nova conformação da nação brasileira com uma imagem da família 'para consumo externo'. Sem que se perca de vista algumas das suas especificidades históricas e culturais, sugere-se que o país está no caminho de desenvolvimento neste período de otimismo do alto modernismo. A família nuclear, espelhada na tríade mãe-pai-filho, toma a frente no caminho de uma urbanização modernizadora.

Famílias empobrecidas:

Vigiando e denunciando a desigualdade e as suas causas

O sonho da integração se torna rapidamente uma ilusão, captada por economistas e cientistas sociais latino-americanos nos anos sessenta. Em vez de que um *“Journey Toward Progress”*, ou um *“take-off”* para a sociedade do consumo pleno, os países apresentam uma pobreza e desigualdade sociais crescentes e a meta da nação virar ‘desenvolvida’ se distancia progressivamente. O anticomunismo reinante nos Estados Unidos dos anos cinquenta se materializa ainda mais com a reificação da divisão do mundo em dois blocos quando se forma o estado socialista em Cuba, bem no meio dos grandes continentes americanos e com apoio explícito soviético. Todos percebem as existências de caminhos alternativos para o desenvolvimento cujas implicações ameaçam bastante à hegemonia norte-americana no hemisfério.

A reação política americana é firme e inquestionável. Governos ditatoriais com alianças firmes com os Estados Unidos são estabelecidos em muitos países na América Central e na América do Sul, e o Brasil é um dos exemplos mais claros.

Os estudiosos de família neste período, por mais complexas e variadas que sejam as suas temáticas, se posicionam como críticos ao modelo imposto e oferecem interpretações que desnudam os efeitos corrosivos de políticas que sujeitam a população a um intenso empobrecimento com marcadas desigualdades. São muitas as maneiras que as imagens de família contribuem para a construção deste quadro, mas tendem a conjugar-se em torno de dois eixos: produção e reprodução.

No eixo de produção há muitas referências explícitas a relações de classe. Entre os estudiosos de campesinato o binômio casa-trabalho recupera a problemática de exploração de mão-de-obra familiar por duas

vias: auto-exploração e exploração por terceiros. Isto proporciona um cenário para insistir na relação, ao entre diferentes modos de produção nos quais a família camponesa, e, por extensão, a trabalhadora, se firmam como carregadoras de um moral próprio que nem coaduna com, nem escapa de, a lógica capitalista (ou a lógica de qualquer outro modo de produção dominante). Ou seja, a lógica da cooperação e reciprocidade internas à família é de uma ordem específica relacionada com uma posição subordinada em qualquer relação entre modos de produção. Quando estas famílias estão inseridas em empresas e empreendimentos geridos por uma lógica de produção capitalista sofrem conseqüências nefastas e se defendem da maneira que se podem. Elaborada inicialmente em torno da observação do mundo rural, nas cidades estas análises apresentam múltiplos retratos de 'famílias trabalhadoras', de economias de setores informais que respondem a lógicas de organização e ciclos familiares, de famílias que elaboram as suas próprias 'estratégias de sobrevivência', ou de grupos atingidos pelos efeitos sociais e econômicos de marginalização, ou pela sua situação como 'exército de reserva de força de trabalho'. Grosso modo, estes estudos desmentem a imagem de uma família em processo de 'nuclearização modernizadora' ressaltando como a modernização destrutura e desorganiza estes domicílios. A família do trabalhador reage, defendendo-se, e um conjunto de autores documentam como se relaciona com o mercado de trabalho de acordo com as suas composições, ciclos e disposições morais (Bilac 1978; Woortmann 1984, 1987; Pastore & Zylberstajn 1983; Motta & Scott 1983; Aguiar 1984; Bruschini & Madeira 1983; Bruschini 1990; Leite Lopes & Machado 1979). Esta literatura modifica significativamente o discurso sobre a família, inserindo-o numa perspectiva crítica aos processos da exploração e aliando-se aos oponentes da ditadura. Não é um discurso brasileiro isolado, pois encontram-se transformações paralelas em toda a América Latina.

Somando-se a esta corrente econômico-produtivista, há uma per-

spectiva crescente de interpretação da família que realça a esfera reprodutiva. A intensificação de movimentos feministas no cenário internacional coloca a exploração e a invisibilização das mulheres, em evidência, encontrando nas raízes comuns da teoria marxista, sobretudo em Engels e Morgan, uma teoria subjacente que converge com as abordagens críticas de outros autores.

Adicionalmente, as mulheres se tornam alvos de políticas públicas desenhadas para conter o temido crescimento populacional que criará mais pobres num processo que dificultará a adesão aos modelos vigentes de capitalismo. Ao mesmo tempo, elas ganham acesso a técnicas de planejamento familiar que colocam maior controle em suas mãos sobre as decisões em torno da composição das suas famílias. Uma frente de defensoras de direitos da mulher colabora incansavelmente. Por alguns autores, a mulher, neste contexto, precisa afastar-se do seu atrelamento à família (ver Barsted & Alves 1987), para evitar a subordinação e tornar-se mais autônoma. Sempre com atenção às implicações macroestruturais destes processos, os demógrafos, afinados com as políticas públicas pelo seu papel de fornecedores de dados e de interpretações, apostam alto na efetivação de uma transição demográfica que concretizará diferenças significativas no cotidiano das famílias brasileiras. Quem olha para a reprodução, então, converge na criação de uma visão crítica à família e a torna uma maneira de questionar estruturas repressivas – ditatoriais e também sexistas. A própria contestação favorece uma complexificação do discurso sobre família e prepara um olhar sobre a criação de múltiplos direitos num mundo que retoma, progressivamente, processos democratizantes.

Neste período aparece uma outra literatura que resgata aspectos psicológicas e individualistas dentro das lógicas familiares, embasando-se em etnografias feitas nas camadas médias, sobretudo do Rio de Janeiro (Salem 1985; Velho 1981, 1986). Trabalhando com as noções da des-

crição densa, da hermenêutica e da fenomenologia bem como com as interpretações de individualismo de Louis Dumont, esta literatura enfoca os discursos dos próprios agentes sobre a vivência das relações familiares e de parentesco, sem remetê-los tão explicitamente às críticas das estruturas de dominação (Scott 1996). Para aperfeiçoar o uso de uma terminologia que encontra cada vez mais ressonância com o desmonte da referência preferencial à divisão bipolar do contexto internacional. No mundo globalizado unificado, muitos dos temas trabalhados nesta literatura encontram novos significados políticos ao se associarem à construção de direitos de uma multiplicidade de atores aliados em movimentos que se legitimam cada vez mais em espaços internacionais.

As famílias alternativas: promovendo direitos na fragmentação globalizada

As discussões atuais sobre direitos de gênero, de geração e sexuais refletem uma preocupação crescentemente internacionalizada de elementos que operam na constituição da formação familiar e na ideologia familiar. A queda do muro de Berlim e a incorporação mais plena de uma miríade de nações do antigo bloco soviético numa rede de trocas comerciais e políticas centradas na Europa e nos Estados Unidos com ramificações para Ásia reconfiguram o cenário internacional. Blocos regionais redefinem realidades supranacionais e oferecem imagens de fragmentação e de multicentrismo político paralelo a uma unificação econômica na qual a competição interna segue as regras do capitalismo avançado. Neste ambiente a busca de *direitos* entrecorta a família pelas suas diversas linhas hierárquicas, realçando valores em competição e promovendo uma percepção e formação mais e mais fragmentada de famílias. Homens e

mulheres, gerações mais idosas e mais jovens, pessoas que exercem as suas preferências sexuais, todos agem num mundo em fluxo (alguns o chamam de pós-moderno!) onde as estruturas de poder mantêm modelos hegemônicos e longe de conseguir aliviar, conseguem ampliar as exclusões sociais e as vivências de situações localizadas extraordinariamente difíceis. Ao mesmo tempo, permitem e promovem a elaboração de redefinições que afetam profundamente as maneiras que todos vivem a domesticidade e a sexualidade no mundo atual.

O empobrecimento das famílias no mundo global unificado não some enquanto constatação de muitos estudiosos, no entanto, tende a ser suplantado por um discurso que realça a força potencial das redes em criação, em construção e em reforço. A marginalização e o empobrecimento se tornam uma 'exclusão' que não encontra outro bloco concorrente para abrigar as pessoas nela envolvidas. O bloco mais excluído, quando não é dos sujeitos a terríveis infortúnios, é de criminosos e de traficantes. Estes últimos são contraventores dos direitos. Ao questionarem o exercício da cidadania, eles representam uma ameaça à democracia, mas uma ameaça relativamente acéfala politicamente. Talvez mais que acefalia, o termo seria de policefalia.

Pluralidade e flexibilidade (ver Vaitsman 1994) são as adaptações a novos padrões demográficos de maior longevidade, nupcialidade tardia, separações crescentes, fecundidade reduzida e migração cada vez mais transnacional alteram de vez as velhas imagens de caminhos na direção de qualquer tipo único de família. Juntando a estes processos as novas tecnologias médicas, sobretudo no terreno de reprodução humana, desprende-se ainda mais as imagens da família aos fatores biológicos incontáveis, colocando os holofotes nas construções culturais, na vivência de sistemas eróticos e na busca de prazer que insistem na separação clara entre sexo e reprodução, desafiando velhos preconceitos. Quando governos, ONGs sindicatos e agências caridosas buscam temas para promover

os direitos de setores específicos nas malhas da cooperação internacional, os temas escolhidos são sub-componentes do que constitui famílias (gênero, geração e sexualidade) ou as grandes linhas de políticas públicas (ambiente, população) e não ‘a família’ que mobiliza. Nem decretar 1994 como o ano internacional da família muda essa situação. Como argumentou Bourdieu (1993), há perigo no fato da família ser uma “categoria realizada” que engloba tantas contradições, hierarquias e desigualdades que se torna inconveniente como fator de mobilização, bem como de interpretação. Paternidade, direitos de herança e de patrimônio, combate à violência doméstica, direitos à diversidade de preferências sexuais, a construção de indicadores de igualdade de gênero ... a lista pode ser incrementada, mas a mensagem é clara: trabalham-se os fatores que compõem as famílias como alvos de direitos, fazendo com que as famílias, em si, sejam situadas muito mais como palcos privilegiados (quando não questionáveis!) onde os direitos se contendem.

Já citamos os três eixos mais fortes (gênero, geração e sexualidade) que operam nesta flexibilização fragmentadora da imagem da família.

No eixo gênero e direitos a ênfase continua sendo sobre mulheres e se desenvolve em cenários de debates sobre a inserção em congressos internacionais e legislação nacional sobre direitos de mulheres e sobre padrões demográficos internacionais, direitos e saúde reprodutivos, mulheres e trabalho, chefia domiciliar, esterilização e contracepção, poder sobre o corpo e indicadores de gênero e desenvolvimento, e ainda alarga para novas correntes de estudos sobre homens e gênero. Isto permite uma ênfase que alterna o reforço à valorização da família (Goldani 1993) e à procura de evidências de benefícios concretos para mulheres em processos de desenvolvimento (também Goldani 2002).

O segundo eixo, de geração e direitos, também atrelado a redes internacionais, ressalta a infância, crianças, jovens e idosos que estão se situando num mundo global excludente que se transforma demográfica-

mente em passos rápidos, nunca vistos antes. O envelhecimento populacional e a exclusão social dirigem o olhar para políticas públicas e programas de saúde para reduzir a mortalidade infantil e democratizar o atendimento a saúde, e encontram-se novos espaços de sociabilidade e de apoio via seguridade social e outras ações governamentais para a população de terceira idade. A legislação produz os Estatutos da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso que fornece marcas para enquadrar a compreensão destes atores em famílias como cidadãos merecedores de apoio do Estado contra explorações que possam ocorrer dentro das suas próprias redes familiares.

O terceiro eixo põe a sexualidade na vida brasileira em evidência, e, novamente, como nos outros dois eixos, a associa a movimentos internacionais. Da mesma forma que anteriormente, questiona as estruturas familiares conservadoras ou tradicionais. Isto se realiza na ênfase sobre mulheres e homens inseridos em redes internacionais de turismo e exploração sexual, aos direitos de grupos de gays e lésbicas que encontram formas mais promissoras de entrar na luta para promover o reconhecimento do direito à independência do exercício das suas próprias preferências sexuais. Esta discussão é favorecida pela epidemia de AIDS que abre uma janela, mesmo que colorida pelo preconceito, para discutir a sexualidade. A sexualidade termina por se localizar no centro da agenda da Organização Mundial de Saúde e outras entidades internacionais promotoras de saúde. A 'família' toma o seu lugar como apenas um contexto muito limitado, restritivo e questionável para a discussão da sexualidade.

Diversidade, pluralidade e transformações na organização doméstica marcam estes anos como um período quando Brasil se afirma no seu papel como nação que promove os direitos de setores da população que estão se tornando cada vez mais visíveis através da sua participação num contexto internacional de defesa da democracia numa sociedade global

unificada. A nova ênfase se torna mais evidente de que a ainda reconhecida condição de empobrecimento da maioria dos grupos domésticos brasileiros como fator importante no estabelecimento da composição de famílias e dos seus valores, no entanto, a relação destes fatores à economia mais ampla (como na literatura com perspectivas de marginalidade, de modos de produção, de setores formais e informais, que eram tão importantes quando o mundo era dicotômico e competitivo entre blocos socialistas e capitalistas!) é tratada de uma forma secundária. As questões priorizadas são: a promoção de direitos de gênero, direitos de geração e direitos de sexualidade, todos os quais podem ser promovidos em fóruns diversos altamente publicizadas e interconectados internacionalmente. Não há lugar para a 'Família Brasileira' e sim, para 'famílias brasileiras'.

Uma nota final

As descrições aqui contidas da relação entre imagens de família e sua inserção em redes internacionais geopolíticas, econômicas e simbólicas não têm a intenção de serem lineares. Refletem uma leitura feita de material que o legado histórico tem deixado para observarmos hoje. A escolha da idéia da busca de evidências de como a família se relaciona com poder que é, simultaneamente, simbólico, normativo, transitório e contextual orientou a busca da compreensão de visíveis modificações em ênfase ao longo dos anos. A particularidade das interpretações das famílias brasileiras, mesmo guardando a sua singularidade, está irremediavelmente confluyente com as particularidades semelhantes de outros países que participam nas mesmas redes de relações. Não ousou apontar direções futuras. Apenas faço a advertência, já velha e datada neste campo, que as

imagens de famílias ultrapassam em muito qualquer noção de isolamento e unicidade, mesmo quando sejam aliciadas para comporem partes importantes do que entendemos como identidades nacionais.

Bibliografia

- AGUIAR, Neuma (ed.). 1984. *As mulheres na força-de-trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes.
- ANDRADE, Mário de. 1988. *Macunaima: o herói sem nenhum caráter*. UFSC: Florianópolis: UFSC.
- AZEVEDO, Thales de. 1961. "The Family, Marriage and Divorce in Brazil". *Journal of Latin American Studies*, 3:288-310. (Translated from "Família, casamento e divórcio no Brasil". *Journal of Inter-American Studies*, 3, 1961: 213-237)
- BARSTED, Leila Linhares & ALVES, Branca M. 1987. "Novos padrões e velhas instituições: feminismo e família no Brasil". In RIBEIRO, I. (org.): *Família e valores*, pp. 205-223. São Paulo: Loyola.
- BILAC, Elizabeth D. 1978. *Famílias de trabalhadores, estratégias de sobrevivência: a organização da vida familiar numa cidade paulista*. São Paulo: Símbolo.
- BOURDIEU, Pierre. 1993. "À propos la famille comme categorie réalisée". *Actes de la Recherches en Science Sociales*, 100:32-36.
- BOXER, Charles R. 1962. *The Golden Age of Brazil: 1695-1750*. Berkeley: University of California Press.
- BRUSCHINI, Cristina & MADEIRA, Felícia Reicher. 1983. "A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social". *Cadernos CERU*, 18, 1ª série.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. 1990. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- DEGLER, Carl N. 1976. *Nem preto, nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil.
- FERNANDES, João Azevedo. 2003. *De cunhã a mameluca: em busca da mulher tupinambá*. João Pessoa: UFPB.

- FREYRE, Gilberto. 1964. "The Patriarchal Basis of Brazilian Society". In MAIER, Joseph & WEATHERHEAD, Richard (eds.): *Politics of Change in Latin America*, pp. 155-173. New York: Praeger.
- _____. 1969 [1933]. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 14ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. 1979 [1939]. *Sobrados e mocambos: declínio do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GOLDANI, Ana Maria. 1993. "As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação". *Cadernos Pagu*, 1:67-110.
- _____. 2002. "Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades". *Textos didáticos* (Campinas: Unicamp), 48:43-62.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1988 [1936]. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- LIMA, Antônio Carlos Motta. 1998. *L'autre chez soi: émergence et construction de l'objet en anthropologie*. Doutorat d'état. Paris: EHESS.
- LOPES, José Sérgio Leite (org.). 1979. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MOTTA, Roberto & SCOTT, Russell Parry. 1983. *Sobrevivência e fontes de renda: estratégias das famílias de baixa renda no Recife*. Recife: Sudene/ Massangana.
- PASTORE, José & ZYLBERSTAJN, H. 1983. *Mudança social e pobreza no Brasil, 1970-1980 (o que ocorreu com a família brasileira?)*. São Paulo: Pioneira/ FIPE.
- PIERSON, Donald. 1954. "The Family in Brazil". *Marriage and Family Living* 16(4).
- RIBEIRO, Darcy. 1995. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, René. 1945. "The Amaziado Relationship and Other Aspects of Family in Recife, Brazil". *American Sociological Review*, 10(1).
- SALEM, Tânia. 1985. "Família em camadas médias: uma revisão da literatura recente". *Boletim do Museu Nacional*, 54.
- SCHWARZ, Lilian. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCOTT, James C. 1998. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale.

- SCOTT, Joan. 1995. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS/CORPO.
- SCOTT, Parry. 1997. "A etnografia da família de camadas médias e de pobres urbanos: trabalho, poder e a inversão do público e do privado". *Revista Pernambucana de Antropologia*, 2, ano 1. (em francês: "Travail, pouvoir et inversion du public e du privé: ethnographie de la famille urbaine au Brésil". *Cahiers du Brésil Contemporain*, 31, 1996: 69-88)
- _____. 2003a. "Patriarcalismo e idéias salvacionistas". In SCOTT, Parry & ZARUR, George (orgs): *Ideologia, fragmentação e diversidade na América Latina*, pp. 227-244. Recife: Editora da UFPE.
- _____. 2003b. "Family, Gender and Power in Brazil in the Twentieth Century". In MOTTA, Antonio & BRANDÃO, Maria do Carmo (org.): *Bagagem imaginário: estudos antropológicos, históricos e sociológicos sobre migração, integração e inclusão social*, pp. 144-163. Recife: CEPE.
- _____. 2004. "Família, gênero e poder no Brasil no século XX". *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais*, 58(2):29-78.
- SEYFERTH, Giralda. 1990. *Imigrantes e cultura no Brasil*. Brasília: UnB.
- SKIDMORE, Thomas. 1976. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. 1999. "A diversidade da família nos estudos de comunidade". *Revista ANTHROPOLOGICAS*, 2.
- SOUZA, Antonio Candido de Mello e. 1951. "The Brazilian Family". In SMITH, T. Lynn & MARCHANT, A. (eds.): *Brazil: Portrait of a Half Continent*, pp. 291-312. New York: Dryden.
- VAITSMAN, Jeni. 1994. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- VELHO, Gilberto. 1981. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1986. *Subjetividade e sociabilidade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. 1920. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia.
- WAGLEY, Charles. 1964. "Luso-Brazilian Kinship Patterns: The Persistence of a Cultural Pattern". In MAIER, Joseph & WEATHERHEAD, Richard (eds.): *Politics of Change in Latin America*, pp. 139-154. New York: Praeger.

WILLEMS, Emílio. 1953. "The Structure of the Brazilian Family". *Social Forces*, 31.

WOORTMANN, Klaas. 1984. "A família trabalhadora". *Ciências Sociais Hoje*, 69-87.

_____. 1987. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. 1996. "A idéia do Brasil: etnia e construção da nação no pensamento social brasileiro". In ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.): *Etnia e nação na América Latina*, vol. II, pp. 151-169. Washington: OEA.

Recebido em outubro de 2005

Aprovado para publicação em dezembro de 2005